



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE IGREJINHA

**ATA DA 9ª AUDIÊNCIA PÚBLICA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA,
DA 13ª LEGISLATURA, EM 27 DE AGOSTO DE 2018.**

Aos vinte e sete dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezoito, às dezessete horas e trinta minutos, na sede do Legislativo Municipal de Igrejinha, reuniu-se a Comissão de Constituição e Justiça em Audiência Pública, sob a Presidência do **Vereador Clóvis Claunir Werb** e com a presença dos vereadores João Batista Lopes dos Santos, Carlinhos Michaelsen, Gilmar Pereira da Silva, Neimar Luiz Parreira e Juliano Muller de Oliveira, para discussão do Projeto de Lei nº 045/18 que trata da Lei Orçamentária Anual do município para o ano de dois mil e dezenove. Inicialmente, o Presidente salientou que as Audiências Públicas são realizadas para que o Legislativo consulte os cidadãos sobre o que pretendem que seja realizado em termos de programas de investimentos e ações políticas, bem como para informar todos os dados contábeis, financeiros, orçamentários e operacionais da Prefeitura Municipal, permitindo que o cidadão opine sobre as ações governamentais futuras e acompanhe as ações governamentais em andamento. Convidou a Sra. Simone do Amaral, Secretária da Saúde, para fazer a explanação da matéria pertinente à sua pasta: O total da previsão ficou em vinte e cinco milhões, seiscentos e quinze mil e quinhentos reais, sendo desses um percentual de 72,55% de recursos próprios. Os demais recursos foram vinculados aos outros entes federados, estado e união, além de uma meta de cinco mil reais para o Conselho Municipal de Entorpecentes. Após, passou a palavra ao Sr. Jefferson Muller, Secretário do Desenvolvimento Social e Habitação, para fazer a explanação da matéria pertinente à sua pasta: O volume total de recursos previstos para a pasta é de quatro milhões, duzentos e quarenta e quatro mil, oitocentos e oito reais e vinte e quatro centavos. É uma secretaria sem muitas oscilações, nem no ingresso de recursos como também nos gastos. Desse valor, há uma previsão de gasto com folha de manutenção do Conselho Tutelar mais a dos servidores, que ultrapassa a casa dos dois milhões. Há um montante de quinhentos e cinquenta mil previsto para pagamento das ordens judiciais que são pertinentes ao abrigo de menores. Desse valor, estão previstas também, as transferências para o fundo das ações obrigatórias de proteção especial e proteção social básica, como os trabalhos de CRAS e CRES, com exceção do fundo de habitação de interesse social, onde há uma previsão de receita que dialoga com pagamentos mensais que são feitos dos programas habitacionais antigos do município. O vereador Neimar questionou quantas famílias estão recebendo atualmente bolsa família e qual o montante disso em valores. O secretário não soube informar o número exato, mas que há em torno de mil e duzentas famílias cadastradas no Cadastro Único Municipal. São famílias cuja renda não ultrapassa três salários mínimos per capto, então se inscrevem para fazer uso de alguns programas sociais, mas nem todas são beneficiárias de bolsa família. O vereador João questionou se está incluso no projeto o aluguel social para as famílias que não têm condições. O secretário respondeu que está incluído no vínculo ação 2053 uma previsão de cento e cinquenta mil reais



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE IGREJINHA

que envolve todos os benefícios eventuais que a secretaria aporta. Frisou que a lei prevê que a mera pobreza ou situação de dificuldade financeira não autoriza a concessão do aluguel social, porque haveria uma gama muito grande de pessoas que deveriam ser atendidas. A ideia é que o benefício seja uma possibilidade de auxílio para famílias que já são atendidas pelo CRAS ou pelo CRES e onde se identifica um risco muito grande à vida do indivíduo. Em seguida, passou a palavra ao Sr. Vitor Flesch, Secretário das Finanças, para fazer a explanação da matéria pertinente à sua pasta: O maior valor que tem é para amortização de contratos de financiamento que está em um milhão, novecentos e oitenta e nove mil, setecentos e nove reais e cinquenta e quatro centavos e depois a manutenção das atividades da secretaria, onde o maior valor está na remuneração dos servidores. Para o próximo ano deve estar implantada uma lei de educação fiscal para poder ser usada essa manutenção do projeto de educação tributária nível municipal, que já vêm vários anos, mas não havia uma legislação específica para poder ser usado esse recurso. O vereador Neimar questionou de onde provinham as amortizações mencionadas. O secretário respondeu que as amortizações eram do parcelamento da RGE, da ponte construída no Bairro Casa de Pedra, do asfalto na Localidade de Serra Grande e de duas máquinas adquiridas para a Secretaria de Obras, também através de financiamento. Então, que já está previsto esses desembolsos para o ano de 2019. Continuando, o secretário Vitor também fez a explanação da pasta da Secretaria de Desenvolvimento Econômico Esporte e Cultura: Para 2019 há um orçamento total de três milhões, setecentos e noventa e nove mil e cinquenta reais. Como a grande maioria das secretarias, o desembolso maior é na manutenção das atividades da secretaria, remuneração de servidores e de manutenção normal. Outras metas da secretaria são a manutenção das praças esportivas, a gestão do Parque de Eventos Almiro Grings, além de auxílios aluguel para empresas, incentivando a permanência ou a vinda para o município. O presidente Clóvis frisou que a Fundação Cultural está em fase de extinção, portanto não há dotação orçamentária para o próximo ano. O secretário complementou que a dotação não só está zerada, como que este ano também não houve nenhum movimento financeiro e que ano passado só houve o pagamento de um empenho de 2016 que havia ficado sem ser pago. Imediatamente, passou a palavra ao Sr. Jeferson Corá, Secretário de Planejamento e Meio Ambiente, para fazer a explanação da matéria pertinente à sua pasta: A secretaria basicamente permaneceu na mesma leva que se vem trabalhando desde o início da gestão em 2013, com aumentos básicos em cada dotação. A maior despesa dentro da secretaria é a folha de pagamento e a manutenção da coleta de resíduos, tanto a seletiva quanto a convencional. Então, só nestes dois itens já são atingidos basicamente 75% do orçamento que está em seis milhões, quinhentos e noventa e dois mil e quinhentos reais. Ressaltou que esse é um órgão de auxílio, trabalhando dessa forma desde 2013, ou seja, a Secretaria de Planejamento elabora todos os projetos para as demais secretarias, porém com os recursos vinculados a elas. Não há nenhuma alteração brusca



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE IGREJINHA

dentro da previsão de orçamento e ele segue normalmente como orientado e planejado desde o início da gestão. O vereador Neimar perguntou como está o cronograma do novo Centro Administrativo. O secretário respondeu que a previsão de término da obra é julho de 2019, mas o cronograma é outubro, significando que a execução da obra está bem adiantada. Ressaltou que a obra está sendo fiscalizada pela Secretaria de Planejamento todos os dias e tem atendido às expectativas, tanto na forma de execução, como na questão do prazo. Neimar, ainda, solicitou informações sobre a pavimentação das ruas da zona urbana. O secretário respondeu que o planejado é pavimentar todas as ruas até o término do próximo ano e que medidas já estão sendo providenciadas, que em breve estarão encaminhando projetos para viabilizar a execução dessas ruas através de um contrato de financiamento. Em seguida, passou a palavra ao Sr. Leandro Hoerlle, Secretário de Administração, para fazer a explanação da matéria pertinente à sua pasta, entre outras: A Secretaria de Administração tem uma previsão orçamentária de dois milhões, duzentos e noventa e um mil e quinhentos reais, sendo que deste montante o destaque é a rubrica de manutenção das atividades da secretaria que corresponde a 93,24% do total da dotação orçamentária. Esse órgão serve de suporte às demais secretarias, especificamente com os departamentos de pessoal, legislação, licitações que atendem a toda a infraestrutura documental necessária para o encaminhamento de projetos, obras e serviços realizados pelo município. O Gabinete do Prefeito tem uma dotação orçamentária de dois milhões e oitocentos e trinta mil reais, estando ela segmentada ao gabinete, propriamente dito, e à Defesa Civil que também faz parte desta pasta. Destaca-se a parte referente à manutenção das atividades do gabinete no valor de novecentos e cinquenta e um mil, que corresponde por 33% da dotação. O total do gabinete é de dois milhões, seiscentos e setenta e dois mil e duzentos reais e do Fundo Municipal de Defesa Civil é de cento e cinquenta e sete mil e oitocentos reais. Os encargos gerais do município têm uma dotação total de seis milhões, trezentos e noventa e três mil e duzentos reais, estando ela em sua maioria na aquisição de material de consumo, serviços e pessoal, que representa 39,62%, e também a construção do centro administrativo que tem uma dotação de um milhão e novecentos mil, respondendo por 29,72%. Ressaltou que são todas as despesas que são compartilhadas entre duas ou mais secretarias que não podem ser individualizadas. Há também a reserva de contingência, que é uma obrigação legal prevista na lei 4.320 que trata sobre a questão da contabilidade pública, que está fixada em seiscentos mil reais e serve para eventos de calamidade ou de urgência e emergência conforme a necessidade do município. A Secretaria de Agricultura, Turismo e Lazer tem um total de atividades de três milhões, quatrocentos e cinquenta e seis mil, quinhentos e oitenta reais, sendo que deste total um milhão, trezentos e trinta e três mil é da Secretaria de Agricultura, um milhão, cento e vinte e dois mil e quinhentos e oitenta reais é do Fundo Municipal de Agricultura e o restante de quinhentos e vinte e um mil é da parte de turismo e lazer. Destacam-se nessas dotações a taxa de



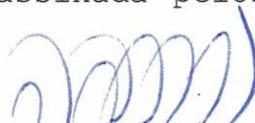
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE IGREJINHA

iluminação pública e a remuneração de servidores, na Secretaria de Agricultura e Interior, a gestão de frota de máquinas e veículos, no Fundo Municipal da Agricultura, e na parte de turismo as dotações são menores. A Secretaria de Educação tem uma dotação total de quarenta milhões, vinte mil e quinhentos reais. Está segmentada em manutenção e desenvolvimento do ensino, FUNDEB e as despesas não computáveis nos 25%. Os recursos próprios do município dentro da secretaria correspondem a vinte e um milhões e novecentos e cinquenta e um mil, o FUNDEB tem um montante de onze milhões, novecentos e trinta e cinco mil e quinhentos reais e as chamadas despesas não computáveis, seis milhões, cento e trinta e quatro mil. As despesas de pessoal estão segmentadas dentro de cada pasta, tanto na manutenção e desenvolvimento do ensino, que são os recursos livres e também dentro da parte do FUNDEB. Após, passou a palavra ao Sr. Valdecir Schroer, Secretário de Obras e Trânsito, para fazer a explanação da matéria pertinente à sua pasta: Essa secretaria é uma das que mais tem dotação e esse ano foi acrescentado 10% em relação ao orçamento do ano passado. O vereador Neimar questionou se há a possibilidade de fechar o ano, cumprindo com todas as obras programadas na dotação anterior, levando em conta todos os imprevistos. O secretário respondeu que trabalham muito com programação, que já foi feito um levantamento do que precisavam de combustível até o fim do ano, que a folha de pagamento já está fechada e que diversos materiais já foram comprados, como de iluminação pública, pneus entre outros e que estão trabalhando para que tudo seja realizado, conforme programado. Imediatamente, passou a palavra ao Sr. Vitor Flesch, para fazer a explanação da matéria pertinente ao IPREIMI: As despesas do Instituto de Previdência se concentram muito no pagamento dos inativos e pensionistas, ou seja, dos dez milhões e cinquenta e um mil, que é o previsto de despesa para 2019, sete milhões e setecentos mil estão na ação de pagamento de inativos e pensionistas. Além disso, há as despesas de manutenção, que são os servidores, água, luz, telefone e alguns investimentos no instituto, na questão de equipamentos de informática e no sistema de informática que utilizam. Neimar questionou como está o cálculo atuarial do instituto, se a previsão é de se manter ou se precisa mais uma vez de uma manutenção. O secretário respondeu que foi editado uma nova portaria onde foi reaberto o prazo de trinta e cinco anos para cobertura de todos os passivos atuariais dos institutos próprios de previdência dos entes públicos, só não há esse cálculo posterior porque é uma coisa muito recente, porém há um cálculo atuarial anterior. Frisou que não foi enviado um novo projeto de lei porque justamente o cálculo se manteve estável, não tendo necessidade de mudança na progressão das alíquotas, então, o cálculo continua no mesmo patamar. O município ainda tem um passivo atuarial na casa dos oitenta milhões de reais, só que ele estava projetado para sua recuperação num período e agora este período foi ampliado. Então, é preciso dimensionar novamente essa questão do período para se ter a necessidade ou não de alteração das alíquotas. Por último, o Sr. Douglas Reinheimer fez a explanação da matéria relativa à Câmara de Vereadores: A



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE IGREJINHA

câmara tem o total de um milhão, novecentos e setenta e seis mil reais, sendo um milhão, seiscentos e quinze mil e novecentos e sessenta frente às atividades contínuas para realizar serviços internos e externos necessários para o cumprimento de sua finalidade, para atividade de locação e suporte técnico de equipamentos e sistemas informatizados utilizado pelo legislativo cento e cinquenta mil e quarenta reais, efetuar a publicação legal institucional através de meios de comunicação existentes sessenta mil, registrar despesas do legislativo em participação de eventos de caráter educacional cultural e inclusão social dez mil, registrar despesas no legislativo como a atenção de manutenção e obras de ampliação do espaço existente cento e trinta mil, qualificação permanente dos servidores do legislativo dez mil. Finalizados os debates, o presidente registrou que todas as sugestões apresentadas serão analisadas pela Comissão de Constituição e Justiça, especialmente no que diz respeito à parte orçamentária e financeira, considerando que para alterar alguma meta é preciso excluir ou reduzir outra existente na proposta inicial. Após esta análise a Comissão terá condições de decidir se a sugestão deve ou não ser objeto de emenda ao Projeto de Lei. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a Audiência Pública e a presente ata, que segue assinada pelos membros da Comissão de Constituição e Justiça.


Vereador Clóvis Clannir Werb - Presidente


Vereador Neimar Luiz Parreira - Relator


Vereador Carlinhos Michaelsen - Secretário